

ECONOMIA E POLÍTICA NO BURGO PORTUENSE
ATRAVÉS DA CORRESPONDÊNCIA DOS CÔNSULES
DOS ESTADOS UNIDOS NO PORTO
(1841-1851)*

Por Jorge Martins Ribeiro

1 — Introdução

O período em estudo é rico em eventos, sobretudo de carácter político e militar, em que a cidade do Porto ocupou um lugar de relevo. Neste trabalho, utilizámos, principalmente, a correspondência dos diplomatas americanos acreditados em Portugal, com particular incidência para os despachos enviados pelos cônsules dos Estados Unidos no Porto ao Departamento de Estado. A correspondência diplomática oficial, embora enfermando de certas limitações, pois, muitas vezes, silencia aspectos importantes, ou delicados, das relações entre os países, reflecte, de qualquer modo, as opiniões e as preocupações dos diplomatas e do governo que representam. Assim, e tendo em mente o que acabámos de referir, achámos de interesse estudar as opiniões dos cônsules ame-

* Uma primeira e resumida versão deste trabalho foi apresentada no Congresso «O Porto na Época Contemporânea», promovido pelo Ateneu Comercial do Porto, no dia 10 de Outubro de 1989.

ricos acerca da economia e dos movimentos revolucionários que sacudiram o burgo portuense na década de quarenta e inícios da de cinquenta do século XIX.

2 — Corpo consular americano no Porto

Os Estados Unidos, que se declararam independentes em 1776, têm desde cedo um agente consular na cidade do Porto¹. Estes primeiros representantes americanos tinham a categoria de vice-cônsules e sabemos que este lugar, até à década de 1840, esteve nas mãos da família Clamouse-Browne, de ascendência franco-irlandesa². Isto, apesar de em 1821 ter sido nomeado pelo presidente James Monroe um cônsul para o burgo portuense. Parece, porém, que este não chegou a ocupar o cargo para que fora designado. De modo que a representação americana na cidade continuou entregue a um vice-cônsul por mais alguns anos³.

O primeiro Tratado de Comércio e Navegação entre os dois países foi assinado em 26 de Agosto de 1840⁴. Só depois da conclusão deste acordo é que o Presidente Van Buren nomeou Luís Walter Tinelli cônsul dos Estados Unidos no Porto, onde chegou em Junho de 1841, mantendo-se no seu posto até 1850, ano em que foi substituído por Horace Smith⁵. Este veio para Portugal com a categoria de Cônsul Geral e resolveu fixar a sua residência no Porto, pois era a principal praça de

¹ RIBEIRO, Jorge Martins — *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990, p. 26.

² Idem — *The American Presence in Oporto in the beginning of the 19th century*, in «New Lights on the Peninsular War. International Congress on the Iberian Peninsula. Selected Papers 1780-1840», [Lisboa], The British Historical Society of Portugal, 1991, p. 296.

³ Idem, *ibidem*, p. 297.

⁴ *Tratado de Commercio e Navegação entre Portugal e os Estados Unidos da América. Assignado em Lisboa aos 26 de Agosto de 1840 e trocadas as ratificações em Washington a 23 de abril de 1841*, in «Nova Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias, compilados por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros», tomo 1, Lisboa, 1890, p. 1-11.

⁵ *National Archives and Records Administration, Washington, DC., Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850)*, (*National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1*), Cartas enviadas do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado John C. Clayton, 19 e 27 de Janeiro de 1850. *Dispatches from the U.S. Ministers to Portugal, 1790-1906, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847)*, (*National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13*), Carta enviada de Lisboa pelo cônsul A.T. Donnet ao Secretário de Estado John Forsyth, 14 de Dezembro de 1840.

comércio com a América⁶. Isto vem confirmar a importância das trocas comerciais da cidade com a América do Norte, trocas essas que eram já relevantes mesmo antes da separação das treze colónias da Grã-Bretanha. E será de mencionar a importância dos mercadores britânicos residentes no Porto neste escambo. Não nos podemos esquecer, contudo, que muitos dos produtos importados dos Estados Unidos e exportados para este país eram transportados a bordo de navios ingleses⁷. Entre os artigos enviados para além Atlântico encontrámos vinho, sobretudo vinho do Porto, sumagre, lã e cortiça⁸.

O cônsul Luís Walter Tinelli, ao comparar o número de navios americanos e ingleses entrados na barra do Douro, durante o ano de 1843, constata que o Tratado de 1840 pouco ou nada fez para favorecer os interesses americanos em Portugal⁹. De facto, apesar do comércio existente entre os dois países, eram poucos os navios estadunidenses que demandavam o Porto, o que se traduzia num diminuto rendimento do consulado.

Assim, em carta de 28 de Dezembro de 1842, para o Secretário de Estado, Daniel Webster, Tinelli afirma que, devido às leis gerais de falências e à má administração dos seus negócios em Nova Iorque, pelo agente deles encarregado, se via limitado a viver de um pequeno rendimento, restos de uma fortuna considerável que havia possuído em Itália. Estas dificuldades financeiras levam o cônsul a pedir a sua transferência para outros postos mais lucrativos como Cádiz, Málaga, Marselha, Portsmouth, Bristol, Cork ou Dublin. Por outro lado, declara não querer dedicar-se à actividade mercantil, em Portugal, o que certamente

Nos casos futuros, designarei os National Archives and Records Administration, Washington, DC. pela abreviatura N.A.R.A..

⁶ N.A.R.A., *Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821—October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Presidente dos Estados Unidos, general Zachary Taylor, 1 de Março de 1850.

⁷ RAU, Virgínia — *O movimento da barra do Douro durante o século XVIII: uma interpretação*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Porto, 21 (1/2), 1958, p. 16; RAMOS, Luís A. de Oliveira — *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, p. 61-62.

⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821—October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T 342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 31 de Outubro de 1842.

⁹ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado John C. Calhoun, 7 de Julho de 1844.

lhe resolveria parte dos problemas que o afligiam, pois considerava esta ocupação incompatível com o cargo que ocupava¹⁰.

O representante americano que não desiste desta pretensão, em carta de 16 de Setembro para o Secretário de Estado, John Calhoun, pede a sua transferência para Antuérpia, uma vez que tinha sido informado da vacatura deste posto. O diplomata, como razões para ser provido no lugar ambicionado, invocava os 4 anos de serviços prestados em Portugal e os seus conhecimentos dos idiomas francês e holandês, bem como do Código Civil Napoleão, então, em vigor na Bélgica. E, mais uma vez, refere as esperanças que alimentou aquando da assinatura do Tratado de 1840. Esperava que este acordo se traduzisse por um incremento das relações comerciais entre os dois países. Segundo o diplomata isto não se verificou devido à política tacanha seguida pelo governo de Lisboa, que impossibilitou o desenvolvimento comercial e industrial de Portugal. Tudo isto lhe causava problemas a nível pessoal e familiar, pois como os emolumentos consulares eram insignificantes, o dinheiro que auferia pelo desempenho das suas funções era insuficiente para a manutenção da família¹¹. E, este problema revelara-se de tal maneira premente que, em 10 de Março de 1845, Luís Walter Tinelli se vê obrigado a pedir a demissão ao Presidente. Ao mesmo tempo recomenda José A. da Silva, vice-cônsul desde 1829, para seu sucessor, afirmando que tem tido uma actuação eficiente e zelosa dos interesses dos Estado Unidos. Por outro lado, José A. da Silva era um homem rico, altamente considerado na cidade, literato, de educação refinada e de ideais que se coadunavam perfeitamente com as instituições americanas. Outra das razões que aduz para aconselhar a nomeação deste português, como representante dos Estados Unidos, é a de que não residia nenhum cidadão estadunidense no Porto e considerava ser difícil que um americano se quisesse estabelecer na cidade devido aos poucos rendimentos do consulado.

Apesar do seu pedido de demissão, Tinelli declarava-se, mais uma vez, disponível para ocupar qualquer outro posto mais lucrativo, como Cádiz, Málaga, Bordéus, Amesterdão, Bremen ou Hamburgo¹². Porém, ainda no decurso de 1845, reconsidera a sua decisão, retirando o seu pedido de demissão¹³. As razões que apresenta para continuar no Porto

¹⁰ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

¹¹ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado John C. Calhoun, 16 de Setembro de 1844.

¹² Ibidem, Cartas enviadas do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 10 de Março e 19 de Maio de 1845.

¹³ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Julho de 1845.

prendem-se com o facto de ter entrado em negociações relativas a uma valiosa propriedade, que lhe iria permitir viver sem sobressaltos de carácter financeiro¹⁴.

Assim, este homem, que devotara a sua vida à causa da liberdade, resolveu fixar-se em Portugal. De facto, lutara em Espanha, em 1823, contra os franceses, participara na Revolução de 1831, em Itália, após a qual foi detido pelos austríacos, tendo passado 4 anos na prisão. Foi posteriormente exilado para os Estados Unidos, país que adoptou como sua segunda pátria¹⁵.

No ano de 1846, Luís Walter Tinelli envia ao Congresso dos Estados Unidos uma petição solicitando a manutenção de um consulado americano na cidade do Porto. A apoiar este pedido, juntavam-se ainda três documentos, dois da parte de comerciantes portuenses e um outro da parte do Director Geral da Alfândega da cidade. Além disto, os negociantes nova-iorquinos mostravam-se interessados que continuasse a existir no Porto uma representação diplomática estadunidense, pelo que também eles exerceram pressão, nesse sentido, junto das autoridades de Washington¹⁶. Tinelli, a fim de justificar esta solicitação, afirma, ainda, não ter havido nenhum provimento para os consulados entre Lisboa e Bordéus, localidades que distavam uma da outra mais de 4.000 milhas. O diplomata declara ainda que Bordéus é inferior ao Porto tanto política como comercialmente. A confirmá-lo, escreve que a cidade tem cerca de 100.000 habitantes e é a capital das três províncias do norte de Portugal onde se situam as manufacturas mais importantes, estando a indústria em franco progresso, especialmente a têxtil, sobretudo do algodão. Além disso, o burgo portuense era o empório dos produtos mais importantes do país, especialmente do vinho do Porto, artigo exportado para todo o mundo. Por outro lado, é de opinião que a cidade se tornará um porto chave para a exportação e importação dos produtos de algumas regiões da Espanha, nomeadamente de Castela-a-Velha. Para que isto se tornasse uma realidade, era necessário que fosse permitida a livre navegação do Douro, o que ele aliás previa para breve. Apesar do que dissemos, este agente consular revela-se confiante no futuro e afirma ter aumentado muito o tráfego mercantil com os Estados Unidos desde a sua nomeação,

¹⁴ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Setembro de 1843.

¹⁵ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Maio de 1845 e carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Presidente dos Estados Unidos, general Zachary Taylor, 1 de Março de 1850.

¹⁶ Ibidem, Carta enviada de Nova Iorque ao Secretário de Estado James Buchanan, 23 de Dezembro de 1846.

de modo que a cidade do Porto era mais importante para o comércio deste país do que Lisboa. E, declarava, ainda, que o burgo portuense se tornaria em breve um dos melhores mercados da Europa para o tráfego marítimo americano¹⁷.

Todos estes argumentos serviam para reforçar o seu pedido de readmissão no lugar que ocupava. Daí a notícia da sua substituição por Horace Smith o ter apanhado desprevenido. Este diplomata chegou a Lisboa no início de 1850 e no dia 27 de Janeiro já tinha recebido o *exequatur* do governo português¹⁸. Luís Walter Tinelli escreve ao Presidente Zachary Taylor não ter podido esconder do recém-nomeado cônsul-geral a sua dor e humilhação por ter sido destituído do cargo que ocupava. Confessa estar consciente de ter exercido as suas funções com o maior zelo e eficácia possíveis e de haver protegido com êxito os interesses e os cidadãos americanos. Assim, pede ao presidente que analise os serviços prestados e caso se verifique que a sua demissão não resultou do mau exercício do cargo, solicita para ser reintegrado; isto se Horace Smith apresentar a resignação, ou for nomeado para outro posto diplomático¹⁹.

3 — Tráfego comercial entre o Porto e os Estados Unidos

Através da correspondência consular vemos que uma das principais preocupações dos cônsules dizem respeito ao comércio entre Portugal e os Estados Unidos.

É interessante referirmos aqui a descrição dos mecanismos do comércio portuense feita pelo cônsul Luís Walter Tinelli. Assim, as vendas são entregues a agentes que recebem honorários moderados pelos seus serviços. O vinho é uma excepção, pois é geralmente vendido a crédito entre 6 a 8 meses, enquanto que todas as outras mercadorias destinadas à exportação são pagas em dinheiro. A comissão normal, tanto para vendas como para compras, é de 3%. O valor médio de um frete para qualquer porto dos Estados Unidos variava entre 7 e 8 mil reis por tonelada para certos bens e 5% de primagem²⁰. Pelo seguro pagava-se

¹⁷ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 22 de Outubro de 1846.

¹⁸ Ibidem, Cartas enviadas de Lisboa pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado John Clayton, 19 e 27 de Janeiro de 1850.

¹⁹ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Presidente dos Estados Unidos, general Zachary Taylor, 1 de Março de 1850.

²⁰ A primagem é uma percentagem sobre o frete, que se paga às vezes ao capitão de um navio.

2%, quando efectuado em Portugal, e 1,25% se feito na Inglaterra ou na América. O cônsul refere, ainda, os níveis dos salários praticados, recebendo os trabalhadores que vivem perto dos portos de mar entre 200 a 260 reis diários e no interior do país 160 a 180 reis. Os ordenados normais dos marinheiros rondavam os 7 a 8 mil reis mensais²¹.

Nos primeiros tempos da sua estada no Porto, Tinelli veicula para o Departamento de Estado informações acerca das dificuldades encontradas na aplicação das estipulações do primeiro Tratado luso-americano de 1840. De facto, alguns dos artigos deste acordo foram alvo de forte oposição, chegando alguns deles a ser revogados pelo Parlamento²². Segundo o estipulado no tratado, tanto os navios portugueses que entrassem nos portos dos Estados Unidos como os barcos americanos que aportassem a Portugal seriam tratados, tanto num caso como noutro, da mesma maneira que as embarcações nacionais, no que diz respeito aos direitos que tivessem de pagar. Por sua vez, as taxas de importação e exportação pagas pelos produtos de qualquer das duas nações não podiam exceder os quantitativos fixados para artigos de outros países. Permitia-se, ainda, que tanto os bens portugueses como americanos fossem transportados para uma e outra nação em navios de qualquer das duas potências. Tanto Portugal como os Estados Unidos podiam exportar mercadorias para outros países, em embarcações americanas ou portuguesas, «sem pagar outros ou maiores direitos ou encargos, de qualquer modo ou denominação que sejam, do que se as ditas mercadorias ou artigos de commercio fossem exportados ou reexportados em navios nacionaes»²³.

As autoridades aplicavam aos navios dos Estados Unidos, quando estes transportassem bens americanos, a mesma taxa de 15% imposta aos barcos portugueses que traziam para Portugal mercadorias estrangeiras. E, apesar de haverem sido revogados por parte do Parlamento de Lisboa alguns artigos do Tratado de 1840, as embarcações americanas continuaram a pagar os mesmos direitos de tonelagem que as portuguesas. Mas, segundo o cônsul Luís Tinelli, os navios dos Estados Unidos não eram

²¹ N.A.R.A., *Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T 342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 31 de Dezembro de 1842.

²² RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, p. 299-301.

²³ *Tratado de Commercio e Navegação entre Portugal e os Estados Unidos da América. Assignado em Lisboa aos 26 de Agosto de 1840 e trocadas as ratificações em Washington a 23 de Abril de 1841*, in «Nova Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias, compilados por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros», tomo 1, Lisboa, 1890, p. 4-5.

tratados nos portos lusos da mesma maneira que os barcos portugueses na América do Norte. Contrariamente ao estipulado no Acordo de 1840, certas mercadorias estavam, no entanto, proibidas de circular em Portugal, enquanto outras só podiam entrar no país quando transportadas a bordo de navios nacionais²⁴.

Estes problemas são os que mais preocupam o diplomata durante o seu primeiro ano de estada no Porto. Nos anos subsequentes, porém, as dificuldades criadas por Portugal na aplicação do articulado do tratado vão ser alvo da atenção do cônsul. Luís Walter Tinelli é de opinião que o negociador do acordo não teve em consideração os princípios liberais sobre os quais assentavam as leis comerciais e financeiras dos Estados Unidos, nem as restrições, monopólios e proibições existentes nos portos portugueses que dificultavam o comércio americano. Por outro lado, acha que não se aproveitou a euforia reinante, em Portugal, na altura em que o tratado foi assinado, para se obterem mais vantagens, sobretudo no que diz respeito ao tráfego indirecto e à armazenagem em portos portugueses de farinhas e tabaco²⁵.

No ano de 1842 as disposições do Tratado relativamente aos direitos pagos pelos vinhos portugueses na América foram alvo de alguma controvérsia nos jornais portuenses *Periódico dos Pobres no Porto* e *A Revolução de Setembro*. Recorde-se, a propósito, que o texto do Acordo de 1840 estabelecia que a Convenção franco-americana de 1831 acerca dos vinhos franceses terminaria em Fevereiro de 1842²⁶.

Luís Walter Tinelli informa ainda o Secretário de Estado, Daniel Webster, que a pauta de 1841 foi objecto de ataques, tanto na imprensa como no Parlamento, por parte de diversos oradores. O diplomata acusa o governo de Costa Cabral de ser contrário aos princípios liberais e de ter suscitado má vontade contra os Estados Unidos e suas instituições, tanto na imprensa afecta ao governo como nas Cortes. Devido a isto, teve de

²⁴ RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, p. 299-301.

²⁵ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli para os Estados Unidos, incompleta e sem data.

²⁶ *Tratado de Commercio e Navegação entre Portugal e os Estados Unidos da América. Assignado em Lisboa aos 26 de Agosto de 1840 e trocadas as ratificações em Washington a 23 de Abril de 1841*, in «Nova Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias, compilados por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros», tomo 1, Lisboa, 1890, p. 4.

responder aos ataques feitos e corrigir os erros que por ignorância ou malícia se tinham espalhado entre o povo²⁷.

O jornal *A Revolução de Setembro* publicou uma interpelação do Visconde de Fonte Arcada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em que afirmava terem os Estados Unidos infringido as disposições do Tratado, pois os vinhos portugueses pagavam mais 20% do que os dos outros países, enquanto os produtos americanos gozavam de tratamento especial em Portugal. O cônsul, em carta enviada ao redactor do *Periódico dos Pobres no Porto*, contraria estas declarações e afirma que os vinhos portugueses tais como os dos outros países «que tenham celebrado tractado com os Estados Unidos, pagão sómente o direito de 20% *ad valorem* quando importados nos portos daquela Republica», não sendo taxados em mais nada além disto. Em relação ao tratamento preferencial usufruído, segundo o mesmo Visconde, pelas mercadorias americanas em Portugal, o diplomata informava o seu governo que os direitos diferenciais de 15% foram abolidos três meses depois da ratificação do tratado. Esta afirmação está, aliás, de acordo com as informações que ao longo de 1841 enviou para Washington²⁸.

O diário *A Revolução de Setembro* contra-ataca, informando que o facto dos vinhos portugueses pagarem tanto como o das outras nações nas alfândegas americanas não é de maneira nenhuma contrário às notícias publicadas. Portugal acabava por ser lesado porque era atribuído aos vinhos um valor muito elevado, passando na prática a pagar «mais de vinte por cento do que os vinhos das outras nações, que foram avaliados favoravelmente»²⁹.

O cônsul não se dá por vencido e, em carta dirigida ao redactor de *A Revolução de Setembro*, datada de 7 de Agosto de 1842, observa que a pauta de 1841 «estabeleceu um direito uniforme de 20% *ad valorem* sobre todos os vinhos importados nos Estados Unidos». Escreve, ainda, que a regra utilizada nestes casos «é a de cobrar os direitos, não arbitrariamente, mas sobre o valor declarado nas facturas originais devidamente legalizadas pelo cônsul residente no porto de carregação». E, só em casos de suspeita de falsas declarações é que as mercadorias são avaliadas por peritos. Mas, mesmo nestes casos, as fazendas «são sempre avaliadas em menor valor que o seu custo original». Tudo isto é corroborado pelos

²⁷ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Webster ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

²⁸ *Periódico dos Pobres no Porto*, n.º 173, 25 de Julho de 1842.

²⁹ *A Revolução de Setembro*, n.º 501, 1 de Agosto de 1842.

exportadores de vinho para a América do Norte em depoimento publicado no mesmo número de *A Revolução de Setembro*³⁰.

Em 9 de Outubro de 1842 os direitos sobre muitos produtos foram acrescidos, e outros, como coco, óleo de coco, bacalhau, café, óleo de peixe, óleo de castor, óleo de linhaça, arroz e açúcar, foram onerados com taxas adicionais. Além disso, os direitos extraordinários de 3% foram aumentados para 6%³¹.

Ao falarmos do comércio portuense com os Estados Unidos não podemos deixar de nos referir ao principal produto exportado através da barra do Douro: o já, nesta altura, afamado vinho do Porto. Este artigo quando era expedido para qualquer ponto da Europa pagava o imposto alfandegário de 12 mil reis por pipa, se enviado para fora do velho continente era taxado, apenas, em 100 reis. O vinho para poder ser exportado tinha de ser acompanhado por um certificado ou licença passada por um agente da Companhia dos Vinhos e o montante a pagar pela inspecção de cada pipa era de 480 reis³². O que acabámos de referir explica as razões pelas quais muito do vinho que saía a barra do Douro para a América do Norte não era na realidade destinado ao mercado americano. Assim, uma vez chegado aos Estados Unidos e obtidos os necessários certificados de desembarque, o vinho era reexportado para portos europeus, muitas vezes a bordo do mesmo navio³³. O cônsul afirma que este tráfego prejudicava e continuaria a afectar, enquanto existisse, o comércio entre Portugal e os Estados Unidos.

Horace Smith explica ao Secretário de Estado que o vinho era escalonado em quatro qualidades, sendo a última a recusa. Depois desta classificação se ter processado, era enviada uma relação ao governo, que decidia qual a porção a ser vendida para a Europa. A quantidade de vinho qualificado para exportação era, porém, menor que a do classificado de primeira qualidade. Os produtores recebiam, nessa altura, um bilhete, certificando a quantidade que podiam enviar para portos europeus, a qual era apenas uma proporção do vinho considerado como de primeira qualidade. O restante desta classe e o de segunda qualidade recebiam, então, um certificado no qual estava indicado a quantidade que o proprietário era autorizado a mandar para fora do país. O vinho recusado

³⁰ *A Revolução de Setembro*, n.º 556, 6 de Outubro de 1842.

³¹ *NA.R.A., Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850)*, (*National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1*), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli para os Estados Unidos, incompleta e sem data.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado John M. Clayton, 20 de Março de 1850.

e o classificado como de terceira qualidade não podia ser exportado, destinando-se ao consumo interno ou à destilação.

Acontecia, porém, que os produtores podiam vender os seus bilhetes separadamente dos vinhos, havendo mesmo um mercado para estes certificados, que se tornaram objecto de compra e venda. Assim, um bilhete de primeira qualidade variava entre 14 a 18 dólares por pipa, enquanto que um de segunda classe era avaliado entre 2,5 a 3 dólares por pipa. Isto quer dizer que na prática qualquer tipo de vinho podia ser exportado para países europeus desde que acompanhado por certificados de primeira qualidade. Por outro lado, o governo havia determinado que os vinhos destinados à Europa só deviam sair de Vila Nova de Gaia e tinham de pagar 16 dólares de direitos de exportação. Do Porto podiam ser enviados para outros destinos e eram onerados apenas com uma taxa de 12,5 cêntimos. Por decreto de 7 de Junho de 1844, revogado em 21 de Julho de 1852, os vinhos de primeira qualidade tinham de ser armazenados em Vila Nova de Gaia e os de segunda no burgo portuense³⁴. Desta forma, exportar vinho da cidade para Londres, via Nova Iorque, apesar dos fretes e encargos serem quase três vezes e meia mais caros, custava menos cerca de 21,285 dólares por pipa, do que directamente de Vila Nova de Gaia para a capital britânica³⁵.

O cônsul Smith admirava-se que este tipo de tráfego não se processasse em maior escala, pois sabia da existência de grandes quantidades de vinho velho e bom, armazenadas no Alto Douro e excluídas do mercado britânico, pelo sistema existente. É, também, de considerar a posição dos comerciantes que vendiam para os países europeus, pois possuíam

³⁴ MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 332; 452.

³⁵ Despesas relativas à exportação de vinho:

Para Londres directamente de Portugal		Para Londres via Nova Iorque	
Bilhete de 1. ^a qualidade	\$15	Bilhete de 2. ^a qualidade ..	\$ 3
Direitos de exportação	\$16,51	Direitos de exportação.....	\$ 0,125
Fretes e encargos	\$ 3	Fretes e encargos	\$10,10
	<u>\$34,51</u>		<u>\$13,225</u>

N.A.R.A., Dispatches from United States Consul in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado Daniel Webster, 20 de Março de 1850.

Refira-se que, apesar destes valores serem aqui indicados em dólares norte-americanos, todos estes encargos eram, como não podia deixar de ser, liquidados em reis, a moeda então corrente em Portugal.

muito vinho guardado nos seus armazéns em Vila Nova de Gaia e tinham comprado bilhetes para exportação de vinho do Porto de primeira qualidade. Daí, o interesse destes negociantes em desencorajar o envio deste bem para a Inglaterra, via portos dos Estados Unidos. Eles temiam a diminuição do valor do que tinham armazenado, devido a este tráfego. Tal método, porém, era cada vez mais usado e, se muitos mercadores não o faziam, era porque esperavam para breve a intervenção do governo, a fim de pôr termo a este estado de coisas.

De notar que, a princípio, se utilizavam os portos da América do Norte, como locais de transbordo da mercadoria, embora o porto de Nova Iorque acabasse por ser o preferido. Desta cidade, os cascos podiam ser transportados por barcos americanos para a Europa, de forma mais barata e mais segura. Este expediente tornava mais difícil ao governo português descobrir o destino das cargas, o que não aconteceria se estas fossem enviadas nas embarcações que as tinham levado para Nova Iorque.

Horace Smith informa, ainda, ter uma Comissão nomeada pela rainha chegado à conclusão que entre 1845 e 1850 cerca de 5.000 pipas tinham sido enviadas para portos da Europa, via América do Norte, tendo 2.500, no decurso de 1849, sido exportadas desta maneira. O governo de Lisboa teria, assim, perdido mais de 80.000 dólares³⁶.

Na realidade, no quinquénio de 1840-1844, 5% (8,2 milhares de hectolitros) de todo o vinho do Porto exportado foi enviado para os Estados Unidos, enquanto que entre 1845-1849 esta percentagem se elevou a 10,5% (20,6 milhares de hectolitros) e de 1850 a 1854 foi de 8,5% (18,2 milhares de hectolitros). Para logo no quinquénio seguinte descer para 2,5% e após 1860 para percentagens inferiores ou pouco superiores a 1%. E, é ainda interessante notar que os anos entre 1845 e 1849, período de maior exportação de vinho do Porto para os Estados Unidos até 1940-44, correspondem a uma descida da compra de vinho do Porto, directamente a Portugal, por parte da Grã-Bretanha. De mencionar também que de 1840 a 1849 os Estados Unidos, se bem que muito atrás da Inglaterra, ocupam o 3.º lugar entre os importadores do néctar do Douro, logo a seguir ao Brasil. Por outro lado, no quinquénio 1850-1854, são os segundos maiores importadores de vinho do Porto, logo atrás do Reino Unido. Não nos podemos também esquecer que os anos de 1841 a 1843 foram um período de crise, em que houve um decréscimo nas exportações de vinhos portugueses. Assim, estes números apresentados por Conceição Andrade Martins vem confirmar as preocupações e afirmações do cônsul Horace Smith³⁷.

³⁶ Ibidem.

³⁷ MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 95; 250-251.

Recomendou-se então a imposição de maiores direitos aos vinhos enviados para a América do Norte, e que se estendesse esta medida a outros países cujo relacionamento comercial com Portugal fosse semelhante ao dos Estados Unidos. Caso isto se viesse a verificar, iria contra o espírito e a lei do Tratado de Comércio e Navegação de 1840. O diplomata duvidava que o governo português tomasse alguma medida que prejudicasse o comércio com a América do Sul, pois iria interferir com grupos influentes. A Companhia dos Vinhos seria a mais atingida com o aumento dos direitos de exportação para destinos fora da Europa. Esta instituição recebia anualmente de Lisboa 150 milhões de reis, pois por força de lei tinha de comprar 20.000 pipas de vinho de segunda e terceira qualidade, a um preço fixo. O principal mercado deste vinho era o Brasil.

O cônsul Smith era de opinião que o governo português tinha de fazer algo. A fazenda pública estava a perder dinheiro diariamente e o partido no poder necessitava de numerário para pagar as tropas, uma vez que se temia uma insurreição. Por seu lado, os comerciantes ingleses, com enormes investimentos em vinhos, guardados em Vila Nova de Gaia, pediam ao governo britânico para pressionar o ministério de Lisboa no sentido de diminuir as taxas impostas aos de primeira qualidade, alegando que tais direitos violavam os termos do tratado assinado entre a Grã-Bretanha e Portugal³⁸. De facto, segundo Conceição Andrade Martins, nos finais da década de 1830 os negociantes queriam a diminuição dos direitos de exportação, pois as taxas então aplicadas, além de tornarem o vinho do Porto caro e pouco concorrencial «fomentavam as exportações dos vinhos de menos qualidade e as exportações indirectas para a América». De referir que, só em 1852, com a Regeneração, se diminuíram substancialmente os direitos de saída do vinho³⁹.

4 — Movimentos revolucionários no Porto segundo o relato dos representantes dos Estados Unidos

Se até agora demos relevo aos aspectos comerciais, importantes sem dúvida na vida da cidade, não nos podemos esquecer dos aspectos políticos. De facto, a década de 1840 foi um período agitado da história portuguesa, tendo a cidade do Porto sido palco de acontecimentos

³⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado Daniel Webster, 20 de Março de 1850.

³⁹ MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 105-106.

decisivos para o futuro do país. E, como é óbvio tais eventos aparecem mencionados na correspondência dos agentes diplomáticos americanos.

Recorde-se que, em Fevereiro de 1842, Costa Cabral proclamou no Porto a restauração da Carta Constitucional abolida em 1836. Luís Walter Tinelli durante o movimento revolucionário manteve-se neutral, tendo sempre recusado os convites que a Junta Revolucionária repetidamente lhe enviou para assistir a um *Te Deum* e outras solenidades. O princípio adoptado pelas autoridades americanas era o de aceitar todos os governos *de facto*. Mas, como fora reconhecido cônsul dos Estados Unidos pelo governo deposto, tinha decidido não tomar nenhuma atitude que pudesse ser interpretada como um reconhecimento implícito, da sua parte, de um poder ilegítimo, rejeitado publicamente pelo governo de Lisboa. Já, por sua vez, o encarregado de negócios, Washington Barrow, aceita os convites formulados pelo duque da Terceira para assistir a um *Te Deum* na Sé de Lisboa e à recepção dada pela rainha no Palácio das Necessidades, uma vez que lhe foram endereçados pelas autoridades constituídas⁴⁰. Por outro lado, segundo o cônsul Tinelli, logo que o movimento revolucionário do Porto atingiu a capital, D. Maria II foi obrigada a sancionar os actos revolucionários, tendo havido uma mudança completa em homens e princípios no aparelho de estado. O governo adoptou um sistema retrógrado e o cônsul escreve que os detentores do poder se mostravam abertamente contrários aos princípios liberais⁴¹. Através destas afirmações vemos que o representante americano era contrário à política e aos ideais encarnados pelo Cabralismo, o que, aliás, não é difícil de inferir após a análise da sua biografia, atrás feita.

Ligado com a atitude de neutralidade, adoptada por Luís Walter Tinelli, durante os acontecimentos de Janeiro e Fevereiro de 1842, parece estar um grave incidente ocorrido no dia 4 de Julho desse mesmo ano, dia das comemorações da independência dos Estados Unidos.

Assim, e após o termo das celebrações a bordo do brigue americano *Northumberland*, ancorado no Douro, quando o cônsul juntamente com alguns ingleses seus conhecidos desembarcava no cais, perto da alfândega, um dos primeiros a chegar ao molhe foi insultado pelo guarda de serviço.

⁴⁰ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao Secretário de Estado Daniel Webster, 17 de Fevereiro de 1842.

⁴¹ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821-October 15, 1850), National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

Depois de uma dura troca de palavras este tentou agarrar o súbdito inglês, mas foi prontamente derrubado. O incidente atraiu um grande número de guardas, armados de varapaus, que em vez de se limitarem a defender o camarada e a prender o seu agressor atacaram todas as pessoas desembarcadas. O cônsul e o comandante do *Northumberland*, capitão William Nassan, viram-se então cercados, tendo este último sido agredido pelo guarda Manuel Joaquim da Cunha. Ao mesmo tempo, o representante estadunidense era alvo de ameaças.

Luís Walter Tinelli apresentou um requerimento ao oficial de serviço, tendo obtido para sua protecção uma escolta constituída por 4 soldados e um sargento. Este grupo, porém, foi obrigado pelo dito Manuel Joaquim da Cunha a voltar para trás, devido ao facto do diplomata ser um dos elementos do grupo interveniente na desordem.

No dia seguinte, o representante americano pediu satisfações pelo ocorrido ao director da alfândega. Não obteve, porém, uma resposta conclusiva. E este último informou ter entregue o caso aos tribunais. Tinelli não se deu por satisfeito e enviou outra carta pedindo uma reparação pelo sucedido, missiva esta que ficou sem resposta. O director da alfândega nomeou então uma comissão que procedeu judicialmente contra todo o grupo envolvido no incidente⁴².

Por outro lado, a 11 de Julho o cônsul Tinelli enviou um ofício ao Governador Civil do Porto relatando os incidentes. Este, contudo, em resposta declarava lamentar o sucedido afirmando que não podia interferir «sem offença da independencia entre as differentes cathogorias dos servidores do Estado, e por consequencias sem quebra da regularidade do serviço público». E, explicava, ainda, que a Direcção da Alfândega dependia da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o seu director era apenas responsável perante o respectivo ministro. Conforme se depreende, o Governador Civil não se quis imiscuir neste assunto, ao qual não parece atribuir grande importância⁴³.

⁴² Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 27 de Outubro de 1842.

⁴³ *Arquivo do Governo Civil do Porto*, Correspondência expedida a várias entidades, 1.ª Repartição, n.º 992, livro de registo de correspondência expedida, (1838-1842). Carta do Governador Civil do Porto, António Luís de Abreu, ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, 13 de Julho de 1842, *N.A.R.A. Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906, vol. 14 (January, 1 1839 — November 30, 1847)*, (*National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13*), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, Luís Walter Tinelli, 2 de Setembro de 1842.

No dia 29 de Julho o cônsul foi confidencialmente informado que o Juiz da Polícia Correccional tinha emitido mandados de captura contra ele e contra os súbditos britânicos que o acompanhavam. E, o Juiz Conservador, única entidade competente para julgar os residentes estrangeiros, autorizara os mandados de captura, sem examinar o caso, nem os depoimentos a ele relativos. De facto, a 30 de Julho Tinelli foi preso e encarcerado na cadeia pública, onde foi alojado numa cela suja e desprovida de mobiliário. Após três horas de encerramento foi libertado, porque um amigo tinha pago a fiança, num valor correspondente a 100 dólares.

Luís Walter Tinelli levou, depois da sua libertação, o caso junto do general Washington Barrow, encarregado de negócios dos Estados Unidos em Lisboa e seu superior hierárquico, relatando-lhe o sucedido e declarando que nada tivera a ver com a refrega em que se encontrara envolvido. Pelo contrário, antes tentara tudo para lhe pôr cobro.

Algum tempo depois recebeu uma informação da parte de Barrow que, após ter examinado vários documentos, considerava não terem sido violados nenhuns privilégios. O mandado de captura fora assinado pelo Juiz Conservador e fora libertado mediante fiança. Tinelli então critica a atitude do general Barrow que reputa pouco conhecedor das leis portuguesas. O encarregado de negócios era de opinião que os cônsules não gozavam da protecção da lei das nações, além de que o Tratado de 1840 estipulava que os agentes consulares de ambas as potências estavam sujeitos à legislação do país onde residiam.

Por outro lado, e por considerar que as autoridades portuenses tinham agido em conformidade com a lei, o general Barrow não se sentia autorizado a pedir nenhuma satisfação ou indemnização ao governo português⁴⁴.

Como acabámos de ver o cônsul não obteve apoio por parte dos seus superiores em Portugal, embora se estribasse em diversas autoridades de direito internacional e no artigo 10.º do Tratado de 1840 para demonstrar, ao Secretário de Estado, que os seus privilégios haviam sido violados e que tinha direito a uma indemnização. Nesse sentido, pede ao seu governo para tomar medidas, observando que tanto os cônsules estrangeiros como alguns dos mais respeitáveis cidadãos portuenses não estavam de

⁴⁴ N.A.R.A. *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839—November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Cópia de carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, Luís Walter Tinelli, 2 de Setembro de 1842.

acordo com a atitude do encarregado de negócios americano. Entretanto o Tribunal Correccional do Porto declarara que a prisão do diplomata fora ilegal⁴⁵.

Parece, porém, que as autoridades estavam cientes da não culpabilidade de Luís Tinelli, mas que o tinham feito sofrer por causa do seu republicanismo. É interessante notar, aqui, que tanto o Juiz Correccional como o advogado do cônsul eram de opinião que a prisão do diplomata fora ordenada por despeito⁴⁶. Aliás, o cônsul já se havia queixado ao seu superior em Lisboa, que havia um conluio contra ele por parte do Director da Alfândega do Porto, conjuntamente com outras individualidades públicas e privadas. Washington Barrow, contudo, continuava a declarar que a lei não fora violada⁴⁷. Infelizmente, nem o cônsul, nem o encarregado de negócios referem na correspondência subsequente se o pedido de indemnização obteve ou não satisfação. Parece, assim, que o representante americano na capital portuguesa não levou a sério o incidente, nem deu muita importância às acusações do agente consular no Porto.

Em Abril-Maio de 1846, ocorreu a Revolução de Maria da Fonte que levou à queda e ao exílio de Costa Cabral. O duque de Palmela formou um governo de coligação que não agradou a ninguém, nem a cabralistas, nem a esquerdistas, nem a absolutistas. Este estado de coisas preocupava os países estrangeiros, principalmente a Espanha. Em Outubro de 1846 a rainha obrigou o duque de Palmela a demitir-se e nomeou em seu lugar o duque de Saldanha, considerado por Tinelli como o mais notável dos conspiradores. Ao mesmo tempo, observa que o poder tinha sido entregue aos membros mais odiosos do Partido Cabralista. Este episódio, conhecido com a denominação de Emboscada, deu início à guerra civil, tendo a Junta do Porto pegado em armas contra o governo de Lisboa e arrastado consigo grande parte do país. O cônsul americano revela-se um bom conhecedor da situação, afirmando ter repetidamente pedido instruções ao embaixador em Lisboa, sobre qual a atitude a

⁴⁵ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863, vol 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 27 de Outubro de 1842.

⁴⁶ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

⁴⁷ N.A.R.A. *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847)*, (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Cópia de Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, Luís Walter Tinelli, 2 de Setembro de 1842.

adoptar. Declarava não querer tomar nenhuma iniciativa, porque era de opinião que a Junta se tornara uma espécie de estado dentro do estado. O encarregado de negócios, Abraham Rencher, porém, não lhe respondeu e Tinelli ficou a temer que a sua correspondência houvesse sido interceptada pela Polícia da capital ou que aquele diplomata tivesse deixado Lisboa⁴⁸. Porém, através dos despachos de Abraham Rencher vemos que este se manteve no seu posto e que recebeu as missivas do cônsul americano no Porto⁴⁹.

O cônsul Tinelli simpatiza com a Junta do Porto e, em Janeiro de 1847, escrevia mesmo que, apesar dos reveses sofridos, nem a Junta, nem o povo do norte de Portugal se sentiam desencorajados, antes pelo contrário, a má sorte parecia ter redobrado a sua energia e determinação. Assim, um exército de 15.000 homens tinha sido organizado em menos de um mês e um grande número de guerrilhas actuava no país, ajudadas e assistidas pelo povo. Informava, ainda, Washington que actos de despotismo, perseguição e vingança eram perpetrados pelos agentes do ministério de Lisboa, enquanto a Junta do Porto gozava de muita simpatia entre a população e entre os países estrangeiros⁵⁰. Aliás, o cônsul expressa a opinião de que a atitude despótica e tirânica do governo de Lisboa tinha feito alastrar a rebelião. E, o diplomata, que é contrário à forma de governo monárquico, critica a Inglaterra por ter destruído as perspectivas e as esperanças de um povo que pelo seu nobre comportamento causara a admiração do mundo. A Grã-Bretanha tal como a Espanha, potência com cuja actuação também não concorda, tinha apoiado o governo da capital⁵¹. O que acabámos de escrever é corroborado pelo encarregado de negócios segundo o qual o cônsul tinha profundas simpatias pelos direitos populares. Abraham Rencher temia, porém, que estas suas preferências o levassem a uma condenação indiscreta e imoderada do

⁴⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 28 de Novembro de 1846 e MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 4.ª ed., vol. 2, Palas Editores, Lisboa, 1977, p. 98-100.

⁴⁹ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Janeiro de 1847.

⁵⁰ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 28 de Janeiro de 1847.

⁵¹ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo Cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 4 de Junho de 1847.

governo, o que, a exemplo do sucedido com o vice-cônsul americano e inglês em Belém, poderia levar as autoridades portuguesas a retirarem-lhe o *exequatur*⁵².

Durante todo este agitado período, o agente consular estadunidense na cidade do Porto revela-se preocupado com o bloqueio da barra do Douro pelas forças afectas a Lisboa. Este facto aparece referido pela primeira vez, na correspondência, por nós analisada, numa carta de 28 de Novembro de 1846. Nesta missiva Luís Walter Tinelli queixa-se ao Secretário de Estado, James Buchanan, de não ter sido informado, pelo seu embaixador, desta decisão governamental, contrariamente ao que sucedera com as outras representações estrangeiras na cidade do Porto. Este bloqueio, se tivesse sido efectivo, poderia ter causado dificuldades aos navios americanos ancorados no Douro⁵³. Mas, os vasos de guerra encarregados de o fazer respeitar encontravam-se a maior parte do tempo ancorados em Vigo, o que permitiu a entrada na barra da cidade de cerca de 150 navios, desde a declaração do bloqueio. Aliás, o encarregado de negócios informa Washington que o representante americano no Porto se tinha visto obrigado a reconhecer o governo provisório. Por outro lado, devido ao facto do bloqueio não ser eficaz e de o comércio de importação continuar a processar-se, viu-se obrigado a tratar de negócios com as novas autoridades, frustrando assim as intenções de Abraham Rencher que se queria manter neutral neste conflito⁵⁴.

Em 8 de Fevereiro, um decreto da rainha ordenava o reforço desta medida, determinando que todo os navios estrangeiros deixassem o Douro até 20 desse mês. O cônsul americano duvidava, contudo, da aceitação deste decreto por parte das potências estrangeiras. Segundo Tinelli, Portugal era obrigado pelo articulado de vários tratados assinados com diversos países, a manter os seus portos abertos aos navios dessas nações. Por isso, não considerava correcto que, devido a uma desavença

⁵² N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839—November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Janeiro de 1847.

⁵³ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821—October 15, 1850) (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1) Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 28 de Novembro de 1846.

⁵⁴ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839—November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Janeiro de 1847.

entre o soberano e os seus súbditos, se fechasse à navegação o mais importante porto do país. Na sua opinião, as forças enviadas para fazer cumprir esta decisão eram insuficientes, além de que, à luz dos princípios das leis internacionais e das práticas dos países civilizados, as várias interrupções do bloqueio levavam a que este fosse ilegal ou nulo.

A Junta do Porto, por sua vez, admitia nos portos que controlava diversas mercadorias, como farinhas, bens alimentares e chá, mediante o pagamento de direitos muito baixos. Assim, o diplomata considerava que apesar da declaração do bloqueio, por parte do governo de Lisboa, a importação de farinhas, especialmente, se transportadas em navios americanos, seria muito considerável. Aconselhava ao seu governo o envio de um navio de guerra para a cidade, a fim de proteger os bens e os cidadãos americanos. Tinelli aponta os exemplos da Inglaterra e da Espanha. Na verdade, a primeira destas potências tinha, dentro da barra, três vapores e um brigue e, fora, ao largo, uma fragata, enquanto que a segunda tinha ancorados no Douro, um vapor e dois pequenos vasos de guerra⁵⁵.

Apesar da decisão de reforçar o bloqueio, a partir de 20 de Fevereiro, tudo continuou na mesma. Os três barcos de guerra, a fragata e os dois brigues enviados para o Porto, pelas autoridades da capital, apenas causaram, durante algum tempo, dano à navegação britânica. A maior parte das vezes encontravam-se ancorados na baía de Vigo⁵⁶.

No decurso do mês de Março, o bloqueio foi objecto de missivas trocadas entre Tinelli e o encarregado de negócios americano em Lisboa, Abraham Rencher. Nestes despachos, o cônsul continuava a defender a opinião de que esta medida era ilegal. Parece, contudo, estar em desacordo com Rencher, que considerava tal juízo infundado. Daí o pedido de instruções, ao Secretário de Estado, acerca deste assunto, por parte do representante acreditado na capital portuguesa. Este, aliás, em carta de 17 de Março para Louis Walter Tinelli afirma que ao princípio o bloqueio não era legal, pois, não havia na entrada do Douro uma força naval suficiente para o tornar efectivo. Nesta altura, porém, a barra do Douro estava efectivamente fechada por uma força naval e se navios americanos tentassem furar o bloqueio, os seus proprietários e seguradores seriam

⁵⁵ N.A.R.A, *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 Fevereiro de 1847.

⁵⁶ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 29 de Março de 1847.

responsáveis pelos prejuízos, não tendo direito a exigir nada do governo de Lisboa⁵⁷. Apesar disto, Luís Walter Tinelli não se coíbe de apresentar a sua argumentação, apoiando-se em autores como Grotius, Puffendorf e Thomas Hobbes. Além do mais, escreve que o bloqueio está em clara contradição com o texto do Tratado de 1840⁵⁸. O Secretário de Estado, James Buchanan, contudo, não concorda com estas interpretações e afirma estar de acordo com os princípios expostos nos despachos do encarregado de negócios. O Departamento de Estado perfilhava estas opiniões e James Buchanan ordena ao cônsul que actue em conformidade com elas. Além do mais, era inquestionavelmente reconhecido aos soberanos o direito de impedirem um porto, em estado de rebelião, de realizar negócios com o estrangeiro⁵⁹.

Na sequência do apresamento da esquadra, sob o comando do conde das Antas, pelas forças britânicas estacionadas ao largo do Porto, o cônsul americano informava que o bloqueio era agora estritamente observado. A esquadra inglesa tinha-se encarregado de fechar a barra do Douro à navegação. Nenhuma intimação desse facto, porém, havia sido enviada às outras potências⁶⁰. E, como se sabe, este episódio conhecido pelo nome de Patuleia terminou com a assinatura da Convenção de Gramido, em Junho de 1847⁶¹. É interessante notar aqui a afirmação do encarregado de negócios, segundo o qual a Junta do Porto poderia ter conseguido das potências aliadas um acordo mais favorável do que obteve no protocolo de 21 de Maio de 1847. De facto, a cidade estava bem fortificada e

⁵⁷ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Março de 1847; Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios americano A. Rencher ao cônsul Louis Walter Tinelli, 17 de Março de 1849.

⁵⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Cartas enviadas do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao encarregado de negócios americano A. Rencher, 11 e 29 de Março de 1847.

⁵⁹ *Southern Historical Collection — University of North Carolina Library, Chapel Hill, Rencher Papers*, Carta enviada de Washington pelo Secretário de Estado, James Buchanan ao cônsul Louis Walter Tinelli, 6 de Maio de 1847.

⁶⁰ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 4 de Junho de 1847.

⁶¹ DÓRIA, António Álvaro — *Patuleia, Guerra da (1847)*, in SERRÃO, Joel (dir. de) — «Dicionário de História de Portugal», vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 16-20.

equipada, pelo que, apesar dos desaires sofridos pelas forças afectas, julgava-se que iria resistir durante vários meses⁶².

O bloqueio da barra do Douro, como vimos, não foi nem contínuo, nem completo. Mas, o cônsul Tinelli, no dia 1 de Julho, em despacho enviado para Washington, escrevia que esta medida tinha, durante os últimos 7 meses, interrompido todas as relações comerciais da cidade com os Estados Unidos⁶³.

Uma vez esta crise ultrapassada, outros acontecimentos vão constituir fonte de preocupação para o agente consular americano. Assim, em finais de Março de 1848, o brasão dos Estados Unidos foi roubado, por duas vezes, da porta do consulado no burgo portuense. O cônsul Tinelli interpreta este evento como sendo a manifestação, por parte de certas pessoas, de ódio contra as instituições republicanas e teme que isto possa prenunciar atentados contra cidadãos americanos residentes no Porto, sobretudo se o governo continuar a apoiar este tipo de gente, que identifica como sendo os indivíduos designados por caceteiros. Temendo que as diligências junto do Governador Civil não surtam efeito, pede ao encarregado de negócios para interceder junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros⁶⁴. As investigações, porém, não conduziram a nada, ficando por descobrir os culpados deste ultraje⁶⁵.

O encarregado de negócios mostra-se, ainda, preocupado pela agressão perpetrada, em Águeda, perto do Porto, em 17 de Março de 1848, contra um cidadão estrangeiro, que se julgava americano. O móbil do crime parece ter sido o roubo e o indivíduo em questão ficou bastante maltratado. Informações recebidas do cônsul estadunidense no Porto

⁶² N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), *National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13*) Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 9 de Julho de 1847.

⁶³ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (*National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1*), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 1 de Julho de 1847.

⁶⁴ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 15 (July 27, 1847 — December 9, 1850), (*National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 14*). Extracto de uma carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao encarregado de negócios George Washington Hopkins; Despacho do cônsul Louis Walter Tinelli ao Governador Civil do Porto, Porto, 10 de Abril de 1848; Carta do encarregado de negócios George Washington Hopkins ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, J.J. Gomes de Castro, Lisboa, 14 de Abril de 1848.

⁶⁵ *Ibidem*, Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios George Washington Hopkins ao Secretário de Estado James Buchanan, 29 de Maio de 1848.

dão-no como súbdito britânico. George Washington Hopkins, porém, acha que este incidente teve lugar porque os atacantes pensavam estar a agredir e a roubar um cidadão dos Estados Unidos. E o diplomata achou ser seu dever e do interesse do seu país pedir às autoridades a descoberta e punição dos culpados. Acaba, porém, por admitir que a maior parte das vezes os autores deste tipo de agressão escapavam impunes. Por outro lado, elogia as atitudes dos americanos pautadas por prudência e moderação. E acha que estas pessoas, nascidas e educadas num ambiente de liberdade, não podem deixar de defender o seu país de ataques e calúnias.

A propósito dos incidentes referidos o encarregado de negócios escreve que em toda a Europa existem sentimentos de preconceito e de ódio para com as instituições americanas, por parte dos partidários das monarquias tradicionais. E, sobretudo, após a Revolução de Paris de 1848 a experiência americana é apontada por todos os que são contrários ao governo monárquico, como a demonstração da capacidade do povo para se autogovernar. É de opinião que a luta na Europa irá ser longa e sangrenta, embora se mostre confiante que no final a liberdade será restaurada.

Atendendo a tudo isto, e talvez um pouco irrealisticamente, a fim de assegurar a protecção dos direitos dos cidadãos americanos, bem como do seu comércio, o representante estadunidense, em Lisboa, recomenda que parte da força naval dos Estados Unidos seja deslocada para a costa Atlântica da Europa, fundeando em cidades portuárias como Cádiz, Lisboa, Porto e Havre. Uma tal medida assegurava ao seu país a desejada neutralidade, no que diz respeito aos assuntos europeus, pois manteria a paz e protegeria os cidadãos americanos. A fim de reforçar esta ideia aponta os exemplos da Inglaterra e da França, potências que mantinham uma força naval estacionada no Tejo.

George Washington Hopkins revela-se um ardente partidário do sistema americano e da liberdade dos povos. E, apesar de confessar que não simpatiza com nenhum dos partidos portugueses existentes, diz que tem sido tratado com respeito pela rainha, ministros e cidadãos em geral. Além disto, considera Portugal o país mais pacífico da Europa. Teme, porém, que esta calma seja seguida por uma luta sangrenta, pois, medidas adoptadas pelo governo demonstram apreensão e possibilidade de eclosão de uma nova insurreição em Portugal⁶⁶.

⁶⁶ Ibidem, Cartas enviadas de Lisboa pelo encarregado de negócios George Washington Hopkins ao Secretário de Estado James Buchanan, 18 de Abril de 1848 e 29 de Maio de 1848.

De facto, o país iria ainda ser palco de mais uma revolta antes da acalmia do período da Regeneração. Em 1849, como consequência da demissão de Saldanha, Costa Cabral volta ao poder, passando o país a viver sob um Cabralismo moderado. Enquanto isto, o Marechal Saldanha torna-se o chefe da oposição⁶⁷.

Em Março de 1850, James B. Clay, encarregado de negócios dos Estados Unidos, em despacho para o governo americano, é de parecer que o Ministério de Costa Cabral não se aguentará no poder por muito mais tempo. Informações chegadas do Porto dão conta da grande insatisfação reinante na cidade e referem que se as defesas do burgo portuense não tivessem sido destruídas durante a anterior revolução um novo movimento insurreccional teria aí lugar⁶⁸.

O cônsul no Porto, Horace Smith, está obviamente atento ao pronunciamento de Saldanha e relata, em pormenor, ao Secretário de Estado, os acontecimentos que se desenrolam no Porto. Assim, em 28 de Abril informava que a população do norte do país parecia estar a favor do duque de Saldanha e que os amigos deste último previam um aumento do número das suas tropas, em breve, pelo que este poderia começar a ofensiva dentro em pouco⁶⁹.

Como é do conhecimento geral esta insurreição terminou com o triunfo de Saldanha, que foi encarregado de formar governo pela rainha D. Maria II, dando, assim, início à Regeneração. Portugal entra, a partir desta altura, em um período politicamente estável e de fomento económico.

5 — Conclusão

Como acabámos de ver, a cidade do Porto é a praça de comércio mais importante no tráfego entre Portugal e os Estados Unidos. O burgo portuense, era segundo o cônsul americano, o centro mais relevante do norte do país, região onde se localizava a maior parte da indústria portuguesa, então em franco progresso. O Tratado de Comércio e Nave-

⁶⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 102.

⁶⁸ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 15 (July 27, 1847 — December 9, 1850), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 14), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios James B. Clay ao Secretário de Estado John M. Clayton, 18 de Março de 1850.

⁶⁹ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 2 (January 15, 1851 — December 31, 1856), National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 2), Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Abril de 1851.

gação, assinado em 1840, contrariamente ao que Luís Walter Tinelli pensava quando veio tomar posse do seu lugar no Porto, não contribuiu para incrementar as relações comerciais entre os dois países. E, por tal facto, o rendimento do consulado portuense era muito baixo, mal chegando para as despesas correntes. Assim, o cônsul, que lutava com dificuldades financeiras, chegou a pedir a transferência para um posto mais lucrativo. A sua situação pessoal, porém, melhorou com os negócios realizados pelo que decidiu ficar na cidade. Em 1850 foi substituído por Horace Smith, cônsul-geral para Portugal, que, devido à importância comercial do burgo, decidiu fixar residência no Porto.

Após a assinatura do Tratado de 1840, houve dificuldades e controvérsias na aplicação do estipulado neste convénio, sobretudo no que dizia respeito aos direitos pagos pelas diversas mercadorias nos portos portugueses. Estes problemas saltaram mesmo para as páginas dos jornais portuenses, tendo o representante americano de intervir para justificar as medidas adoptadas pelo seu país.

Por outro lado, o vinho do Porto, o produto mais importante exportado através da barra do Douro, é alvo da atenção do agente consular estadunidense. De referir que, os direitos de exportação de vinhos para fora da Europa eram consideravelmente mais baixos do que os pagos pelos vinhos destinados a portos europeus. Assim, era mais barato enviar este produto via Nova Iorque ou outros portos da América do Norte para Londres, do que directamente de Vila Nova de Gaia para os portos ingleses. Isto, como não podia deixar de ser, traduzia-se num enorme prejuízo para o estado português.

A correspondência dos cônsules americanos, por nós analisada, não podia deixar de reflectir os acontecimentos políticos que agitaram a cidade e o país na década de 40 e inícios da de 50 — a Revolução de Costa Cabral, a Patuleia e o pronunciamento de Saldanha. Luís Walter Tinelli, o cônsul americano então residente no Porto, revela-se um partidário dos movimentos liberais. Mantém uma atitude de neutralidade face ao movimento desencadeado por Costa Cabral, o que lhe acarretou sérios dissabores e inimizades.

Durante a guerra civil da Patuleia, o diplomata mostra-se um decidido simpatizante da Junta Revolucionária do Porto, criticando a actuação do governo de Lisboa e das potências estrangeiras que o apoiavam. De mencionar, ainda, que Tinelli considerava ilegal o bloqueio da barra do Douro, pelas forças governamentais. Ia contra o estipulado nos tratados existentes entre Portugal e os outros países, nomeadamente contra o já mencionado convénio luso-americano de 1840. E, embora o fecho da barra do Douro fosse ineficaz, o certo é que interrompeu, enquanto durou, as trocas comerciais da cidade do Porto com os Estados

Unidos. De notar que, também o encarregado de negócios em Lisboa, George Washington Hopkins, se mostra um ardente defensor da causa da liberdade, bem como dos direitos e cidadãos americanos, mostrando pouca simpatia pelos governos monárquicos tradicionais.

Finalmente, em 1851, dá-se no Porto mais uma sublevação militar, chefiada pelo duque de Saldanha, que é relatada, em pormenor, pelo cônsul Horace Smith, ao seu governo.

Os diplomatas americanos, sobretudo os cônsules no burgo portuense, revelam-se, pois, bons observadores dos acontecimentos ocorridos na cidade e no país. Os despachos destes agentes mostram como a realidade portuguesa era apercebida por homens que pugnavam acima de tudo os princípios da liberdade, como representantes que eram de uma República democrática, além de muitas vezes serem contrários ao sistema de governo monárquico.